

**Tagus – Sociedade de Titularização  
de Créditos, S.A.**

**Demonstrações Financeiras**

**31 de Dezembro de 2008 e 2007**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 1.041.203.815 euros e um total de capital próprio de 1.390.439 euros, incluindo um resultado líquido de 53.379 euros), as Demonstrações dos Resultados e dos Fluxos de Caixa e o Mapa de Alterações no Capital Próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas anexas.

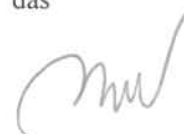
### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 13 de Março de 2009



---

**KPMG & Associados**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº189)**

representada por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida (ROC nº 967)

# Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

## Demonstração dos Resultados

para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Total Operações		Geral		Total	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Notas	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)
Juros e proveitos similares	46.249.782	19.587.180	46.129	-	46.295.911	19.587.180
Juros e custos similares	46.203.763	19.587.180	-	-	46.203.763	19.587.180
Margem financeira	46.019	-	46.129	-	92.148	-
Resultados de serviços e comissões	152.388	101.348	101.930	60.774	254.318	162.122
Outros resultados de exploração	-	-	-	(12)	-	(12)
Total de proveitos operacionais	152.388	101.348	101.930	60.762	254.318	162.110
Outros gastos administrativos	198.407	101.348	92.525	107.397	290.932	208.745
Amortizações do exercício	-	-	576	3.451	576	3.451
Total de custos operacionais	198.407	101.348	93.101	110.848	291.508	212.196
Resultado operacional	-	-	54.958	(50.086)	54.958	(50.086)
Resultado antes de impostos	-	-	54.958	(50.086)	54.958	(50.086)
Impostos sobre lucros	-	-	1.579	-	1.579	-
Resultado do exercício	-	-	53.379	(50.086)	53.379	(50.086)

# Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Notas	Total Operações		Geral		Total	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)
<b>Activo</b>						
Disponibilidades em instituições de crédito	8.405.523	12.551	1.564.951	1.214.339	9.970.474	1.226.890
Activos intangíveis	-	-	-	576	-	576
Créditos a clientes	1.031.060.242	781.780.124	-	-	1.031.060.242	781.780.124
Outros activos	101.436	93.331	71.663	53.697	173.099	147.028
	1.039.567.201	781.886.006	1.636.614	1.268.612	1.041.203.815	783.154.618
<b>Passivo</b>						
Títulos de dívida emitidos	1.039.389.058	781.780.124	-	-	1.039.389.058	781.780.124
Outros passivos	178.143	105.882	246.175	184.552	424.318	290.434
Total do Passivo	1.039.567.201	781.886.006	246.175	184.552	1.039.813.376	782.070.558
<b>Capital Próprio</b>						
Capital	-	-	250.000	250.000	250.000	250.000
Prestações suplementares	-	-	1.139.000	886.000	1.139.000	886.000
Reservas e resultados transitados	-	-	(51.940)	(1.854)	(51.940)	(1.854)
Resultado do exercício	-	-	53.379	(50.086)	53.379	(50.086)
Total do Capital Próprio	-	-	1.390.439	1.084.060	1.390.439	1.084.060
	1.039.567.201	781.886.006	1.636.614	1.268.612	1.041.203.815	783.154.618

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

# Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007

	Total Operações		Geral		Total	
	2008 (Euros)	2007 (Euros)	2008 (Euros)	2007 (Euros)	2008 (Euros)	2007 (Euros)
<b>Actividades operacionais</b>						
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional	(146.145)	-	(49.740)	242.447	(195.885)	242.447
Outros recebimentos (pagamentos)	1.032.416	2.383	147.273	(90)	1.179.689	2.293
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	886.271	2.383	97.533	242.357	983.804	244.740
<b>Actividades de investimento</b>						
Pagamentos respeitantes a:						
Aquisições de créditos	(459.018.799)	(418.144.049)	-	-	(459.018.799)	(418.144.049)
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	(459.018.799)	(418.144.049)	-	-	(459.018.799)	(418.144.049)
<b>Actividades de financiamento</b>						
Recebimentos respeitantes a:						
Titulos de dívida emitidos	466.525.500	418.153.197	-	-	466.525.500	418.153.197
Prestações acessórias de capital	-	-	253.000	440.000	253.000	440.000
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	466.525.500	418.153.197	253.000	440.000	466.778.500	418.593.197
Variação da caixa e seus equivalentes	8.392.972	11.531	350.533	310.562	8.743.505	322.093
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.551	1.020	1.214.339	903.777	1.226.890	904.797
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.405.523	12.551	1.564.872	1.214.339	9.970.395	1.226.890

# Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

## Mapa das alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007

(Valores expressos em Euros)

	Total do Capital próprio	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado do exercício
Saldos a 31 de Dezembro de 2006	694.146	250.000	446.000	-	(15.398)	13.544
Prestações acessórias de capital	440.000	-	440.000	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	1.354	-	(1.354)
Resultados transitados	-	-	-	-	12.190	(12.190)
Resultado do exercício	(50.086)	-	-	-	-	(50.086)
Saldos a 31 de Dezembro de 2007	1.084.060	250.000	886.000	1.354	(3.208)	(50.086)
Prestações acessórias de capital	253.000	-	253.000	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	(50.086)	50.086
Resultado do exercício	53.379	-	-	-	-	53.379
Saldos a 31 de Dezembro de 2008	1.390.439	250.000	1.139.000	1.354	(53.294)	53.379

# Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

## Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2008 e 2007

### 1 Políticas contabilísticas

#### 1.1 Bases de apresentação

A Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., foi constituída em 11 de Novembro de 2004, ao abrigo do Decreto-lei nº 453/99, de 5 de Novembro, revisto pelo Decreto-lei nº 82/2002, de 5 de Abril e pelo Decreto-lei nº 303/2003, de 5 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 52/2006, de 15 de Março, os quais regulamentam as sociedades de titularização de créditos.

A Sociedade tem por objecto o exercício de actividades permitidas por lei às sociedades de titularização de créditos, nomeadamente a realização de operações de titularização de créditos, mediante a aquisição, gestão e transmissão de créditos e a emissão de obrigações titularizadas para o pagamento dos créditos adquiridos.

O capital social da Sociedade corresponde a Euros 250.000, integralmente subscrito e realizado em dinheiro pelo único accionista Deutsche Bank (Portugal), S.A., encontrando-se representado por 50.000 acções, escriturais e com o valor nominal de 5 euros cada.

Considerando que até 31 de Dezembro de 2007, a Sociedade preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, com as adaptações dispostas no Regulamento da CMVM nº 12/2002, as demonstrações financeiras para o exercício findo naquela data, apresentadas neste relatório, foram preparadas de acordo com as IFRS para efeitos meramente comparativos.

De acordo com as disposições legais aplicáveis, as demonstrações financeiras da Sociedade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Regulamento nº 11/2005 da CMVM, as demonstrações financeiras da Sociedade devem ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) conforme endossadas pela União Europeia (“UE”) até 31 de Dezembro de 2008. As IFRS incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelos respectivos órgãos antecessores.



Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2008, a Sociedade adoptou o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações bem como a IAS 1 (alterada) Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2008, não tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, assim como não tiveram qualquer efeito nos capitais próprios da Sociedade. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

A preparação das demonstrações financeiras anuais de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 18.

#### *Transição para as IFRS*

Estas são as primeiras demonstrações financeiras anuais da Sociedade preparadas de acordo com as IFRS, tendo sido cumprido o disposto na IFRS 1 para a determinação dos ajustamentos de transição, com referência a 1 de Janeiro de 2008. As reconciliações entre os capitais próprios e os resultados líquidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e com as IFRS, de acordo com o definido na IFRS 1, são apresentados na nota 17.

As IFRS foram adoptadas retrospectivamente, não tendo sido adoptadas nenhuma das excepções permitidas pela IFRS 1.

## **1.2. Desreconhecimento**

A Sociedade desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos que foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou a Sociedade não mantém controlo dos activos. A Sociedade procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

A actividade da Sociedade encontra-se regulamentada pelo decreto-lei 453/99 que define claramente a obrigatoriedade de património autónomo de cada operação, respondendo os activos de cada uma exclusivamente pelos passivos correspondentes. O património da Sociedade não pode ser afecto a qualquer das operações.

Tendo em consideração as regras de desreconhecimento definidas pela IAS 39, nomeadamente nos parágrafos 16 a 23 e no parágrafo 36 do Application Guidance da mesma norma, e apesar da natureza e características das operações sob gestão e da transferência da maioria dos riscos e recompensas, as operações reconhecidas no Balanço e na Demonstração de Resultados mas devidamente segregadas e apresentadas como tal, continuam a ser apresentadas no Balanço da Sociedade, dado que de acordo com a Lei portuguesa a Sociedade é o último responsável por quaisquer eventos relacionados com as referidas operações, o que impede o seu desreconhecimento.

### **1.3. Crédito a clientes**

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos adquiridos no âmbito das operações de titularização, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os créditos são adquiridos aos originadores.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

#### **Imparidade**

A política da Sociedade consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade da carteira de crédito das suas operações. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados na rubrica imparidade de crédito, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possa ser estimado de forma fiável.

A imparidade é apurada com base nas taxas de imparidade fornecidas pelos originadores para as carteiras de crédito securitizadas e/ou para carteiras de crédito com características semelhantes aos créditos securitizados.

### **1.4. Instrumentos de capital**

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As prestações acessórias de capital são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção da Sociedade e os dividendos sejam pagos pela Sociedade numa base discricionária.

### 1.5. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto), para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

### 1.6. Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Os proveitos resultantes de serviços e comissões quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados pelo método da taxa de juro efectiva em margem financeira.

### 1.7. Activos Intangíveis

#### *"Software"*

Os custos incorridos com a aquisição de "software" são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

### *Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento*

A Sociedade não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

## **1.8. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores referentes a caixa e depósitos à ordem.

## **1.9. “Offsetting”**

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando a Sociedade tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

## **1.10. Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre os lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

## **1.11. Relato por segmentos**

Um segmento de negócio é uma componente identificável da Sociedade, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Cada uma das operações, contabilisticamente segregadas com riscos e benefícios claramente diferenciáveis bem como a componente da Sociedade não afecta directamente a nenhuma das operações (Geral), estão identificadas como segmentos distintos da Sociedade. A 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, estes segmentos são os seguintes:

- Geral;
- Rose;
- Pérola;
- Altis;

- Aqua Mortgage ;
- Magma;

O detalhe de cada uma das operações é apresentado na nota 18.

### 1.12. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

### 1.13. Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### *Perdas por imparidade em créditos a clientes*

A Sociedade determina as perdas por imparidade com base em taxas e restante informação fornecidas pelos originadores dos créditos referentes às carteiras securitizadas e a carteiras com características semelhantes, conforme referido na política contabilística 1.3.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas.

### *Impostos sobre os lucros*

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## 2 Margem financeira

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros			2007 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
<i>Juros e proveitos similares:</i>						
Juros de crédito	46.249.782	-	46.249.782	19.587.180	-	19.587.180
Juros de depósitos	-	46.129	46.129	-	-	-
	46.249.782	46.129	46.295.911	19.587.180	-	19.587.180
<i>Juros e custos similares:</i>						
Juros de títulos emitidos	46.203.763	-	46.203.763	19.587.180	-	19.587.180
	46.203.763	-	46.203.763	19.587.180	-	19.587.180
<i>Margem financeira</i>	46.019	46.129	92.148	-	-	-

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 18.

### 3 Resultados de serviços e comissões

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros			2007 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>						
<i>Management fees:</i>						
Altis	-	1.525	1.525	-	1.521	1.521
Pérola	-	32.231	32.231	-	32.143	32.143
Rose	-	3.050	3.050	-	125	125
Aqua Mortgage	-	7.119	7.119	-	-	-
Magma	-	28	28	-	-	-
Auditoria	74.900	-	74.900	64.175	-	64.175
Comissões	77.488	57.977	135.465	37.173	26.985	64.158
	<u>152.388</u>	<u>101.930</u>	<u>254.318</u>	<u>101.348</u>	<u>60.774</u>	<u>162.122</u>

A rubrica Auditoria – Operações regista honorários de auditoria referentes às operações Altis, Rose e Magma que a Sociedade tem a receber dos respectivos originadores. A Sociedade recebe dos originadores os montantes correspondentes a estes serviços especializados e paga à empresa que lhe presta o serviço, conforme referido na nota 4.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 18.



## 4 Outros gastos administrativos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros			2007 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Assistência Jurídica	-	3.272	3.272	-	12.389	12.389
Honorários	-	1.852	1.852	-	7.406	7.406
Contencioso	-	250	250	-	41	41
Trabalhos especializados						
<i>Audit fee</i>	96.500	3.124	99.624	64.175	3.176	67.351
<i>Service fee</i>	7.147	-	7.147	-	-	-
<i>Management fee</i>	65.066	-	65.066	37.173	-	37.173
<i>Agent bank fee</i>	28.194	-	28.194	-	-	-
Outros	1.500	83.693	85.193	-	84.385	84.385
Outros	-	334	334	-	-	-
	<u>198.407</u>	<u>92.525</u>	<u>290.932</u>	<u>101.348</u>	<u>107.397</u>	<u>208.745</u>

A Sociedade celebrou um *Service Level Agreement* (“SLA”) com o Deutsche Bank (Portugal), S.A. e com a Navigator SGFTC, S.A. que define os termos em que estas entidades prestam serviços à Sociedade, o qual produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2007.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Trabalhos especializados – Outros no segmento Geral regista os montantes de Euros 59.069 (2007: Euros 59.561) e Euros 24.624 (2007: Euros 24.824) referentes aos serviços prestados pelo Deutsche Bank (Portugal), S.A e pela Navigator SGFTC, S.A., respectivamente, no âmbito do *Service Level Agreement*, conforme referido na nota 11.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 18.

## 5 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Activos intangíveis</i>		
Software	576	3.451

## 6 Disponibilidades em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros			2007 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Depósitos à ordem	8.405.523	64.872	8.470.395	12.551	1.214.339	1.226.890
Depósitos a prazo	-	1.500.079	1.500.079	-	-	-
Total Depósitos	8.405.523	1.564.951	9.970.474	12.551	1.214.339	1.226.890

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito – Geral inclui um depósito à ordem junto do Deutsche Bank (Portugal), S.A. no montante de Euros 64.872 (2007: Euros 1.214.339). A referida rubrica inclui ainda um depósito a prazo junto do Deutsche Bank (Portugal), S.A. no montante de Euros 1.500.000 e respectivo juro associado no montante de Euros 79.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 18.

## 7 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>2008</b> <b>Euros</b>	<b>2007</b> <b>Euros</b>
<i>Custo de aquisição</i>		
<i>Software</i>	10.354	10.354
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(576)	(3.451)
Relativas a exercícios anteriores	(9.778)	(6.327)
	<u>(10.354)</u>	<u>(9.778)</u>
	<u>-</u>	<u>576</u>

	<b>Saldo em</b> <b>01/01/2008</b> <b>Euros</b>	<b>Aquisições/</b> <b>Dotações</b> <b>Euros</b>	<b>Saldo em</b> <b>31/12/2008</b> <b>Euros</b>
<i>Custo de aquisição</i>			
<i>Software</i>	10.354	-	10.354
<i>Amortizações acumuladas</i>			
<i>Software</i>	9.778	576	10.354

As amortizações de imobilizado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 foram de Euros 576 e Euros 3.451, respectivamente, conforme referido na nota 5.

## 8 Créditos a clientes

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros			2007 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Crédito e periodificação de juros	1.031.060.242	-	1.031.060.242	781.780.124	-	781.780.124
	1.031.060.242	-	1.031.060.242	781.780.124	-	781.780.124

A análise das características dos portfolios das diversas operações é analisada na nota 18 às demonstrações financeiras.

## 9 Outros activos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros			2007 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Estado e outros entes públicos	-	62.638	62.638	-	12.929	12.929
Devedores diversos - valores a regularizar	101.436	-	101.436	93.331	25.801	119.132
<i>Acréscimo de proveitos:</i>						
Manag. fee – Altis	-	633	633	-	13.634	13.634
Manag. fee – Rose	-	1.138	1.138	-	1.333	1.333
Manag. fee – Magma	-	86	86	-	-	-
Manag. fee – Aqua	-	7.168	7.168	-	-	-
	101.436	71.663	173.099	93.331	53.697	147.028

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Estado e outros entes públicos – Geral regista o montante de Euros 53.428 (2007: Euros 12.929) relativo aos pagamentos especiais por conta de IRC efectuados no

decorrer do exercício e o montante de Euros 9.210 referente a retenção na fonte de IRC relativo ao depósitos a prazo junto do Deutsche Bank (Portugal), S.A.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de Devedores Diversos – Valores a Regularizar – Operações refere-se a valores devidos às operações Altis, Rose e Magma recebidos pela Sociedade. Estes montantes também se encontram registados no segmento “Geral” em Credores diversos, como valores a pagar à Altis, Rose e Magma.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 18.

## 10 Títulos de dívida emitidos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros			2007 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
<i>Empréstimos obrigacionistas:</i>						
Obrigações de titularização	1.036.500.000	-	1.036.500.000	780.000.000	-	780.000.000
Juros periodificados	1.965.086	-	1.965.086	1.780.124	-	1.780.124
Prémio de emissão	923.972	-	923.972	-	-	-
	<u>1.039.389.058</u>	<u>-</u>	<u>1.039.389.058</u>	<u>781.780.124</u>	<u>-</u>	<u>781.780.124</u>

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 18.

## 11 Outros passivos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros			2007 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Fornecedores	-	294	294	-	2.070	2.070
Estado e outros entes públicos	-	1.751	1.751	-	-	-
Credores diversos - valores a regularizar	15.361	-	15.361	3.831	-	3.831
<i>Acréscimo de custos:</i>						
Assistência Jurídica	-	3.300	3.300	-	6.655	6.655
Comissões	26.957	-	26.957	20.376	-	20.376
<i>Service Level Agreement</i>	-	83.693	83.693	-	-	-
Auditoria	135.825	6.300	142.125	81.675	3.176	84.851
<i>Proveitos diferidos:</i>						
<i>Acceptance fee</i>	-	150.837	150.837	-	172.651	172.651
	178.143	246.175	424.318	105.882	184.552	290.434

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Estado e outros entes públicos regista o montante de Euros 1.579 e o montante de Euros 172 relativos a IRC a pagar e a imposto selo, respectivamente.

A Sociedade celebrou um Service Level Agreement (“SLA”) com o Deutsche Bank (Portugal), S.A. e com a Navigator SGFTC, S.A. que define os termos em que estas entidades prestam serviços à Sociedade, o qual produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2007.

A rubrica *Service Level Agreement* inclui os montantes de Euros 59.069 e Euros 24.624 referentes aos serviços prestados pelo Deutsche Bank (Portugal), S.A e pela Navigator SGFTC, S.A.

A rubrica *Acceptance fee* – Geral é referente ao recebimento da comissão de aceitação e arranque da operação no início do contrato, sendo periodificada ao longo da duração do contrato.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 18.

## 12 Capital e prestações suplementares

Conforme referido na nota 1.1, o capital social da Sociedade no montante de Euros 250.000, encontra-se representado por 50.000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe da realização de prestações suplementares pelo accionista único da Sociedade é apresentado como segue:

<b>Data deliberação Assembleia Geral</b>	<b>Montante Euros</b>
12 de Dezembro de 2005	200.000
29 de Dezembro de 2005	20.000
28 de Dezembro de 2006	226.000
10 de Dezembro de 2007	440.000
9 de Dezembro de 2008	233.000
18 de Dezembro de 2008	20.000
	<u>1.139.000</u>

A classificação das prestações acessórias concedidas pelo accionista com instrumentos de capital encontra-se de acordo com o enquadramento previsto na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação em conformidade com a política contabilística apresentada na nota 1.4

À data de 31 de Dezembro de 2008, os Fundos Próprios da Sociedade ascendem a Euros 1.390.439 (2007: Euros 1.084.060) permitindo que a Sociedade tenha em circulação obrigações titularizadas até ao montante de Euros 1.090.439.000 (2007: Euros 784.060.000) de acordo com o Regulamento da CMVM nº 12/2002.

## 13 Reservas e resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros			2007 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Reserva legal	-	1.354	1.354	-	1.354	1.354
Resultados transitados	-	(53.294)	(53.294)	-	(3.208)	(3.208)
Resultado do exercício	-	53.379	53.379	-	(50.086)	(50.086)
	-	1.439	1.439	-	(51.940)	(51.940)

Nos termos da Legislação portuguesa, a sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência de 20% do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída.

De acordo com a deliberação da Assembleia-Geral datada de 31 de Março de 2008 a Sociedade procedeu à aprovação da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2007, que consistiu na transferência do montante remanescente para resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia-Geral datada de 30 de Março de 2007 a Sociedade procedeu à aprovação da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2006, que consistiu no reforço da reserva legal no montante de Euros 1.354 e a transferência do montante Euros 12.190 para resultados transitados.

## 14 Justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da Sociedade.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da Sociedade.



De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

#### *Disponibilidades em outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

#### *Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais de mercado para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. Dada a natureza dos devedores foi considerado que não existiu variação de risco de crédito.

#### *Titulos de dívida emitidos*

O justo valor dos títulos de dívida das operações de securitização reflecte o valor dos restantes activos e passivos na medida em que qualquer excesso dos valores gerados pelos activos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento daquelas, pelo que se estima que as diferenças face ao justo valor não são significativas.

## 15 Partes relacionadas

Os saldos e transacções mais significativos com partes relacionadas estão discriminados nas notas correspondentes.

## 16 Gestão de risco

Os principais tipos de risco são detalhados de seguida:

**Crédito** – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

**Mercado** – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

**Liquidez** – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Sociedade cumprir as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

**Operacional** – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

## Segmento Geral

A Sociedade desenvolve uma actividade instrumental no âmbito do Deutsche Bank (Portugal), S.A., sendo a gestão dos riscos do negócio efectuada de forma centralizada. O acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercados, liquidez e operacional, é efectuado de acordo com os princípios gerais de gestão e controlo de riscos definidos pelo Conselho de Administração Executivo.

## Operações

Como definido nas *Offering Circular* das operações, os créditos adquiridos têm que cumprir um conjunto de requisitos quer na data de aquisição quer ao longo de vida da operação, sob pena de serem substituídos ou dos originadores terem de efectuar pagamentos compensatórios às operações. Os *Servicing Agreements* contratados para todas as operações garantem que entidades terceiras especializadas (usualmente os próprios originadores) desenvolvam procedimentos de modo a gerir e controlar o risco de crédito, nomeadamente garantindo os recebimentos, identificando situações de incumprimento e gerindo as recuperações de crédito.

## 17 Ajustamentos de transição

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Regulamento da CMVM n° 11/2005, as demonstrações financeiras da Sociedade devem ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') conforme adoptadas pela União Europeia ('UE') até 31 de Dezembro de 2008.

As Demonstrações Financeiras consolidadas da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. As diferenças entre estes e as IFRS, com impacto nas Demonstrações Financeiras consolidadas em 1 de Janeiro, e 31 de Dezembro de 2007 e a reconciliação dos capitais próprios e resultados nas referidas datas, são apresentadas como segue:

nota	31 de Dezembro de 2007		1 de Janeiro de 2007
	Capitais Próprios	Resultados do Exercício	Capitais Próprios
<i>Normas locais</i>	1.084.060	(50.086)	694.146
Ajustamento a)	-	-	-
<i>IFRS</i>	1.084.060	(50.086)	694.146

### a) Desreconhecimento das Operações

De acordo com as IFRS a Sociedade deverá desreconhecer os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou a Sociedade não mantém controlo dos activos.

A Sociedade procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

Tendo em consideração as regras de desreconhecimento definidas pela IAS 39, nomeadamente nos parágrafos 16 a 23 e no parágrafo 36 do *Application Guidance* da mesma norma, e apesar da natureza e características das operações sob gestão e da transferência da maioria dos riscos e recompensas, as operações reconhecidas no Balanço e na Demonstração de Resultados mas devidamente segregadas e apresentadas como tal continuam a ser apresentadas no Balanço da Sociedade, dado que de acordo com a Lei portuguesa a Sociedade é o último responsável por quaisquer eventos relacionados com as referidas operações, o que impede o seu desreconhecimento.

## 18 Análise detalhada das operações

De seguida são apresentadas em detalhe cada uma das operações.

A Demonstração dos Resultados, o Balanço e a Demonstração dos Fluxos de Caixa de cada uma das operações são apresentados nas páginas seguintes.

# Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

## Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Notas	Pérola		Altis		Rose		Aqua Mortgage	Magma	Total Operações	
	2008 (Euros)	2007 (Euros)	2008 (Euros)	2007 (Euros)	2008 (Euros)	2007 (Euros)	2008 (Euros)	2008 (Euros)	2008 (Euros)	2007 (Euros)
Juros e proveitos similares	8.279.075	6.976.738	13.123.455	11.593.942	23.959.980	1.016.500	869.164	18.108	46.249.782	19.587.180
Juros e custos similares	8.279.075	6.976.738	13.123.455	11.593.942	23.959.980	1.016.500	823.145	18.108	46.203.763	19.587.180
Margem financeira	-	-	-	-	-	-	46.019	-	46.019	-
Resultados de serviços e comissões	-	-	56.501	60.343	81.328	41.005	-	14.559	152.388	101.348
Total de proveitos operacionais	-	-	56.501	60.343	81.328	41.005	-	14.559	152.388	101.348
Outros gastos administrativos	-	-	56.501	60.343	81.328	41.005	46.019	14.559	198.407	101.348
Total de custos operacionais	-	-	56.501	60.343	81.328	41.005	46.019	14.559	198.407	101.348
Resultado operacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado antes de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos sobre lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

# Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Notas	Pérola		Altis		Rose		Aqua Mortgage	Magna	Total Operações	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2008	2008	2007
	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)
<b>Activo</b>										
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	7.244	3.403	559	9.148	14.767	-	-	8.405.523	12.551
Créditos a clientes	18	150.261.133	150.337.375	230.225.687	230.426.249	320.637.013	401.016.500	100.018.108	1.031.060.242	781.780.124
Outros activos	18	-	-	21.487	52.326	65.390	41.005	14.559	101.436	93.331
		150.268.377	150.340.778	230.247.733	230.487.723	320.717.170	401.057.505	100.032.667	1.039.567.201	781.886.006
<b>Passivo</b>										
Títulos de dívida emitidos	18	150.261.133	150.337.375	230.225.687	230.426.249	320.637.013	401.016.500	100.018.108	1.039.389.058	781.780.124
Outros passivos	18	7.244	3.403	22.046	61.474	80.157	41.005	14.559	178.143	105.882
Total do Passivo		150.268.377	150.340.778	230.247.733	230.487.723	320.717.170	401.057.505	100.032.667	1.039.567.201	781.886.006
<b>Capital Próprio</b>										
Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações suplementares		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas e resultados acumulados		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		150.268.377	150.340.778	230.247.733	230.487.723	320.717.170	401.057.505	100.032.667	1.039.567.201	781.886.006

# Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Pérola		Altis		Rose		Aqua		Magma		Total Operações	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>												
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional	3.841	2.383	(8.589)	-	14.767	-	8.118	-	-	-	18.137	2.383
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	3.841	2.383	(8.589)	-	14.767	-	8.118	-	-	-	18.137	2.383
<b>Actividades de investimento</b>												
Recebimentos provenientes de:												
Aquisição de créditos	-	(6.962.549)	13.324.017	(11.181.500)	80.000.000	(400.000.000)	(229.918.301)	(100.000.000)	(149.918.301)	(518.144.049)	46.887.965	-
Juros e proveitos similares	8.355.317	-	-	-	24.339.467	-	869.164	-	-	-	-	-
	8.355.317	(6.962.549)	13.324.017	(11.181.500)	104.339.467	(400.000.000)	(229.049.137)	(100.000.000)	(103.030.336)	(518.144.049)	(103.030.336)	(518.144.049)
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	8.355.317	(6.962.549)	13.324.017	(11.181.500)	104.339.467	(400.000.000)	(229.049.137)	(100.000.000)	(103.030.336)	(518.144.049)	(103.030.336)	(518.144.049)
<b>Actividades de financiamento</b>												
Pagamentos respeitantes a:												
Títulos de dívida emitidos	-	6.962.549	-	-	(80.000.000)	400.000.000	238.247.117	100.000.000	158.247.117	506.962.549	158.247.117	506.962.549
Juros e custos similares	(8.355.317)	-	(13.324.017)	11.190.648	(24.339.467)	-	(823.145)	-	(46.841.946)	11.190.648	(46.841.946)	11.190.648
	(8.355.317)	6.962.549	(13.324.017)	11.190.648	(104.339.467)	400.000.000	237.423.972	100.000.000	111.405.171	518.153.197	111.405.171	518.153.197
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	(8.355.317)	6.962.549	(13.324.017)	11.190.648	(104.339.467)	400.000.000	237.423.972	100.000.000	111.405.171	518.153.197	111.405.171	518.153.197
Variação da caixa e seus equivalentes	3.841	2.383	(8.589)	9.148	14.767	-	8.382.953	-	-	11.531	8.392.972	11.531
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.403	1.020	9.148	-	-	-	-	-	-	1.020	12.551	1.020
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.244	3.403	559	9.148	14.767	-	8.382.953	-	-	12.551	8.405.523	12.551

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 1 - Operação Pérola

A 15 de Dezembro de 2005 a Sociedade efectuou a Operação “Pérola No. 1 Securitisation Notes” – esta operação consistiu na aquisição de um portfolio de dívidas do Governo Regional da Madeira a fornecedores e respectivamente, a emissão de obrigações titularizadas por um montante total de Euros 150.000.000. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

No âmbito da aquisição referida no parágrafo anterior foi efectuada uma emissão de obrigações “Pérola No. 1 Securitisation Notes” com valor nominal igual ao valor de aquisição dos créditos.

A remuneração das obrigações encontra-se indexada à Euribor a seis meses, acrescida de um *spread* de 0,5%. De acordo com o estabelecido contratualmente, a data de reembolso das obrigações irá ocorrer de uma só vez em Dezembro de 2012.

De acordo com o estabelecido contratualmente, a remuneração das obrigações (incluindo o reembolso do capital) está dependente da performance dos activos, sendo que em caso de delinquência desses activos esta é integralmente reflectida na remuneração das obrigações. Qualquer excesso dos valores gerados pelos activos será pago aos detentores das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo detentor na data de cancelamento das mesmas em Dezembro de 2012, não existindo resultado nas contas de exploração da Sociedade.

#### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela Sociedade a avaliação da imparidade dos activos da carteira com recurso a um modelo desenvolvido para o efeito. A perda por imparidade quando verificada é apresentada como dedução ao crédito a clientes.

	Maturidade Legal	Montante Euros	Taxa de Juro	Taxa de juro 31.12.2008	Taxa de juro 31.12.2007
Pérola no 1 Securitisation Notes	Dezembro de 2012	150.000.000	EUR 6M+0,50%	3,917%	5,398%

A rubrica Obrigações de titularização – Pérola regista o valor contabilístico das obrigações de titularização, no âmbito daquela operação de titularização. Esta emissão corresponde a uma única tranche de obrigações com uma remuneração variável de Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 0,50%. Semestralmente são apurados todos os valores recebidos dos juros dos créditos securitizados e transferidos para a Sociedade. Este valor é pago na íntegra ao detentor das obrigações

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:



**Demonstração dos Resultados**  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	<b>Péróla</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
	(Euros)	(Euros)
Juros e proveitos similares	8.279.075	6.976.738
Juros e custos similares	8.279.075	6.976.738
Margem financeira	-	-
Resultados de serviços e comissões	-	-
Outros resultados de exploração	-	-
Total de proveitos operacionais	-	-
Outros gastos administrativos	-	-
Total de custos operacionais	-	-
Resultado operacional	-	-
Resultado antes de impostos	-	-
Impostos sobre lucros	-	-
Resultado do exercício	-	-

**Balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

	<b>Pérola</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
	(Euros)	(Euros)
<i><b>Activo</b></i>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.244	3.403
Créditos a clientes	150.261.133	150.337.375
Outros activos	-	-
	<u>150.268.377</u>	<u>150.340.778</u>
<i><b>Passivo</b></i>		
Títulos de dívida emitidos	150.261.133	150.337.375
Outros passivos	7.244	3.403
	<u>150.268.377</u>	<u>150.340.778</u>
<i><b>Capital Próprio</b></i>		
Capital	-	-
Prestações suplementares	-	-
Reservas e resultados acumulados	-	-
Resultado do exercício	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do Capital Próprio	<u>150.268.377</u>	<u>150.340.778</u>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
**para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

	<b>Péróla</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
	(Euros)	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>		
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional	3.841	2.383
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	3.841	2.383
<b>Actividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Aquisição de créditos	-	(6.962.549)
Juros e proveitos similares	8.355.317	-
	8.355.317	(6.962.549)
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	8.355.317	(6.962.549)
<b>Actividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Títulos de dívida emitidos	-	-
Juros e custos similares	(8.355.317)	6.962.549
	(8.355.317)	6.962.549
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	(8.355.317)	6.962.549
Variação da caixa e seus equivalentes	3.841	2.383
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.403	1.020
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.244	3.403

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 1.2 – Margem financeira

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Juros e proveitos similares:</i>		
Juros de depósitos	-	-
Juros de crédito titularizáveis	8.279.075	6.976.738
	<u>8.279.075</u>	<u>6.976.738</u>
<i>Juros e custos similares:</i>		
Juros de títulos Emitidos	8.279.075	6.976.738
	<u>8.279.075</u>	<u>6.976.738</u>
<i>Margem financeira</i>	<u>-</u>	<u>-</u>

### 1.6 – Disponibilidades em instituições de crédito

	2008 Euros	2007 Euros
Depósitos à ordem	7.244	3.403

A rubrica Disponibilidades em instituições de crédito na Operação Pérola, diz respeito a depósitos à ordem junto do Deutsche Bank, AG – London.

### 1.7 – Crédito a Clientes

	2008 Euros	2007 Euros
Crédito e periodificação de juros	150.261.133	150.337.375
	<u>150.261.133</u>	<u>150.337.375</u>

### 1.9 – Títulos de dívida emitidos

	2008 Euros	2007 Euros
Obrigações de titularização	150.000.000	150.000.000
Juros periodificados	261.133	337.375
	<u>150.261.133</u>	<u>150.337.375</u>

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 1.10 – Outros Passivos

	2008 Euros	2007 Euros
Outros Credores	7.244	3.403
	<u>7.244</u>	<u>3.403</u>

A rubrica Outros credores é referente aos valores a pagar ao originador da Operação Pérola – Governo Regional da Madeira.

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 2 - Operação Altis

A 29 de Dezembro de 2006 a Sociedade efectuou a Operação “Altis No. 1 Securitisation Notes” - esta operação consistiu na aquisição de um portfolio de créditos futuros sobre as receitas da empresa Transportes Aéreos Portugueses S.A. (TAP) e respectivamente a emissão de obrigações titularizadas por um montante total de Euros 230.000.000. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Os créditos encontram-se garantidos pelo originador da operação.

No âmbito da aquisição referida no parágrafo anterior foi efectuada uma emissão de obrigações “Altis No.1 Securitisation Notes” com valor nominal igual ao valor de aquisição dos créditos.

A remuneração das obrigações encontra-se indexada à taxa Euribor a três meses, acrescida de um spread de 0,80%. De acordo com o estabelecido contratualmente, a data de reembolso das obrigações é trimestral, ocorrendo a 20 de Março de 2009 o 1º reembolso, até à data de maturidade Dezembro de 2016.

De acordo com o estabelecido contratualmente, o Originador garante a criação de *cash flow* suficiente para cobrir os montantes acordados entre as partes. Caso as receitas previstas pelo presente contrato não se revelem suficientes, o Originador compromete-se a garantir que a Sociedade receba de qualquer outra forma o montante previsto no final do prazo.

Qualquer excesso dos valores gerados pelos activos será pago aos detentores das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo detentor na data de cancelamento das mesmas em Dezembro de 2016, não existindo resultado nas contas de exploração da Sociedade.

#### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela Sociedade a avaliação da imparidade dos activos da carteira com recurso a um modelo desenvolvido para o efeito. A perda por imparidade quando verificada é apresentada como dedução ao crédito a clientes.

	Maturidade Legal	Montante Euros	Taxa de Juro	Taxa de juro 31.12.2008	Taxa de juro 31.12.2007
Altis no 1 Securitisation Notes	Dezembro de 2016	230.000.000	EUR 3M+0,80%	3,925%	5,676%

A rubrica Obrigações de titularização – Altis regista o valor contabilístico das obrigações de titularização, no âmbito daquela operação de titularização. Esta emissão corresponde a uma única tranche de obrigações com uma remuneração variável de Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 0,80%. Trimestralmente são apurados todos os valores recebidos dos juros dos créditos securitizados e transferidos para a Sociedade. Este valor é pago na íntegra ao detentor das obrigações.

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

**Demonstração dos Resultados**  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	Altis	
	2008	2007
	(Euros)	(Euros)
Juros e proveitos similares	13.123.455	11.593.942
Juros e custos similares	13.123.455	11.593.942
Margem financeira	-	-
Resultados de serviços e comissões	56.501	60.343
Outros proveitos de exploração	-	-
Total de proveitos operacionais	56.501	60.343
Outros gastos administrativos	56.501	60.343
Total de custos operacionais	56.501	60.343
Resultado operacional	-	-
Resultado antes de impostos	-	-
Impostos sobre lucros	-	-
Resultado do exercício	-	-

**Balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

	<b>Altis</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
	(Euros)	(Euros)
<i><b>Activo</b></i>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	559	9.148
Créditos a clientes	230.225.687	230.426.249
Outros activos	21.487	52.326
	<u>230.247.733</u>	<u>230.487.723</u>
<i><b>Passivo</b></i>		
Títulos de dívida emitidos	230.225.687	230.426.249
Outros passivos	22.046	61.474
	<u>230.247.733</u>	<u>230.487.723</u>
<i><b>Capital Próprio</b></i>		
Capital	-	-
Prestações suplementares	-	-
Reservas e resultados acumulados	-	-
Resultado do exercício	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do Capital Próprio	<u>230.247.733</u>	<u>230.487.723</u>



**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
**para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

	<b>Altis</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
	(Euros)	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>		
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(8.589)	-
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	(8.589)	-
<b>Actividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Aquisição de créditos	-	(11.181.500)
Juros e proveitos similares	13.324.017	-
	13.324.017	(11.181.500)
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	13.324.017	(11.181.500)
<b>Actividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Títulos de dívida emitidos	-	-
Juros e custos similares	(13.324.017)	11.190.648
	(13.324.017)	11.190.648
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	(13.324.017)	11.190.648
Variação da caixa e seus equivalentes	(8.589)	9.148
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.148	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	559	9.148

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 2.2 – Margem financeira

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Juros e proveitos similares:</i>		
Juros de Créditos Titularizáveis	13.123.455	11.593.942
	<u>13.123.455</u>	<u>11.593.942</u>
<i>Juros e custos similares:</i>		
Juros de títulos Emitidos	13.123.455	11.593.942
	<u>13.123.455</u>	<u>11.593.942</u>
<i>Margem financeira</i>	<u>-</u>	<u>-</u>

### 2.3 – Rendimentos de Serviços e Comissões

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Audit fee</i>	21.175	24.850
<i>Issuer fee</i>	25.652	25.793
<i>Agent bank fee</i>	9.674	9.700
	<u>56.501</u>	<u>60.343</u>

### 2.5 – Outros gastos administrativos

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Audit fee</i>	21.175	24.850
<i>Issuer fee</i>	25.652	25.793
<i>Agent bank fee</i>	9.674	9.700
	<u>56.501</u>	<u>60.343</u>

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 2.6 – Disponibilidades em instituições de crédito

	<b>2008 Euros</b>	<b>2007 Euros</b>
Depósitos à ordem	559	9.148

A rubrica Disponibilidades em instituições de crédito na Operação Altis, diz respeito a depósitos à ordem junto do Deutsche Bank, AG – London.

### 2.7 – Crédito a Clientes

	<b>2008 Euros</b>	<b>2007 Euros</b>
Crédito e periodificação de juros	230.225.687	230.426.249
	230.225.687	230.426.249

### 2.8 – Outros activos

	<b>2008 Euros</b>	<b>2007 Euros</b>
Outros devedores	21.487	52.326
	21.487	52.326

A rubrica Outros devedores – Altis inclui o montante de Euros 21.175 (2007: Euros 51.992) relativo à prestação de serviços de auditoria do exercício de 2008. Está incluído nesta rubrica o montante de Euros 633 referente a comissões de emissão. A Sociedade recebe os montantes correspondentes a estes serviços do originador da operação (TAP S.A.) e paga às entidades que prestam esse serviço.

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 2.9 – Títulos de dívida emitidos

	2008 Euros	2007 Euros
Obrigações de titularização	230.000.000	230.000.000
Juros periodificados	225.687	426.249
	<u>230.225.687</u>	<u>230.426.249</u>

### 2.10 – Outros Passivos

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Audit fee</i>	21.175	42.350
<i>Issuer fee</i>	633	13.634
<i>Agent bank fee</i>	238	5062
Outros	-	428
	<u>22.046</u>	<u>61.474</u>

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 3 - Operação Rose

A 19 de Dezembro de 2007 a Sociedade efectuou a Operação “Rose No. 1 Securitisation Notes” – esta operação consistiu na aquisição de um portfolio de créditos futuros sobre as receitas da Brisa (Brisa – Auto-Estradas de Portugal, S.A.) e respectivamente, a emissão de obrigações titularizadas por um montante total de Euros 400.000.000. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Os créditos encontram-se garantidos pelo originador da operação.

No âmbito da aquisição referida no parágrafo anterior foi efectuada uma emissão de obrigações “Rose No. 1 Securitisation Notes” com valor nominal igual ao valor de aquisição dos créditos.

A remuneração das obrigações encontra-se indexada à Euribor a três meses, acrescida de um *spread* de 1,15%. De acordo com o estabelecido contratualmente, o reembolso das obrigações irá ocorrer a 15 de Dezembro de cada ano, tendo sido efectuado o primeiro reembolso em 15 de Dezembro de 2008 no montante de Euros 80.000.000.

#### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela Sociedade a avaliação da imparidade dos activos da carteira com recurso a um modelo desenvolvido para o efeito. A perda por imparidade quando verificada é apresentada como dedução ao crédito a clientes.

	Maturidade Legal	Montante Euros	Taxa de Juro	Taxa de juro 31.12.2008	Taxa de juro 31.12.2007
Rose no 1 Securitisation Notes	Dezembro de 2012	320.000.000	EUR 3M+1,50%	4,479%	6,099%

A rubrica Obrigações de titularização – Rose regista o valor contabilístico das obrigações de titularização, no âmbito daquela operação de titularização. Esta emissão corresponde a uma única tranche de obrigações com uma remuneração variável de Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 1,15%. Trimestralmente são apurados todos os valores recebidos dos juros dos créditos securitizados e transferidos para a Sociedade. Este valor é pago na íntegra ao detentor das obrigações.

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

**Demonstração dos Resultados**  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	<b>Rose</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
	(Euros)	(Euros)
Juros e proveitos similares	23.959.980	1.016.500
Juros e custos similares	23.959.980	1.016.500
Margem financeira	-	-
Resultados de serviços e comissões	81.328	41.005
Outros resultados de exploração	-	-
Total de proveitos operacionais	81.328	41.005
Outros gastos administrativos	81.328	41.005
Total de custos operacionais	81.328	41.005
Resultado operacional	-	-
Resultado antes de impostos	-	-
Impostos sobre lucros	-	-
Resultados do exercício	-	-

**Balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

	<b>Rose</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
	(Euros)	(Euros)
<i><b>Activo</b></i>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.767	-
Créditos a clientes	320.637.013	401.016.500
Outros activos	65.390	41.005
	<u>320.717.170</u>	<u>401.057.505</u>
<i><b>Passivo</b></i>		
Títulos de dívida emitidos	320.637.013	401.016.500
Outros passivos	80.157	41.005
	<u>320.717.170</u>	<u>401.057.505</u>
<i><b>Capital Próprio</b></i>		
Capital	-	-
Prestações suplementares	-	-
Reservas e resultados acumulados	-	-
Resultado do exercício	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do Capital Próprio	<u>320.717.170</u>	<u>401.057.505</u>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	<b>Rose</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
	(Euros)	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>		
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	14.767	-
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	14.767	-
<b>Actividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Aquisição de créditos	80.000.000	(400.000.000)
Juros e proveitos similares	24.339.467	-
	104.339.467	(400.000.000)
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	104.339.467	(400.000.000)
<b>Actividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Títulos de dívida emitidos	(80.000.000)	400.000.000
Juros e custos similares	(24.339.467)	-
	(104.339.467)	400.000.000
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	(104.339.467)	400.000.000
Variação da caixa e seus equivalentes	14.767	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.767	-



## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 3.2 – Margem financeira

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Juros e proveitos similares:</i>		
Juros de depósitos	23.959.980	1.016.500
	<u>23.959.980</u>	<u>1.016.500</u>
<i>Juros e custos similares:</i>		
Juros de títulos Emitidos	23.959.980	1.016.500
	<u>23.959.980</u>	<u>1.016.500</u>
<i>Margem financeira</i>	<u>-</u>	<u>-</u>

### 3.3 – Rendimentos de Serviços e Comissões

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Audit fee</i>	39.325	39.325
<i>Issuer fee</i>	32.160	1.333
<i>Agent bank fee</i>	8.343	347
<i>Outros</i>	1.500	-
	<u>81.328</u>	<u>41.005</u>

### 3.5 – Outros gastos administrativos

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Audit fee</i>	39.325	39.325
<i>Issuer fee</i>	32.160	1.333
<i>Agent bank fee</i>	8.343	347
<i>Outros</i>	1.500	-
	<u>81.328</u>	<u>41.005</u>

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 3.6 – Disponibilidades em instituições de crédito

	2008 Euros	2007 Euros
Depósitos à ordem	14.767	-

A rubrica Disponibilidades em instituições de crédito na Operação Rose, diz respeito a depósitos à ordem junto do Deutsche Bank, AG – London.

### 3.7 – Crédito a Clientes

	2008 Euros	2007 Euros
Crédito e periodificação de juros	320.637.013	401.016.500
	320.637.013	401.016.500

### 3.8 – Outros activos

	2008 Euros	2007 Euros
Outros devedores	65.390	41.005
	65.390	41.005

A rubrica Outros devedores – Rose inclui o montante de Euros 39.325 (2007: Euros 39.325) relativo à prestação de serviços de auditoria. Está incluído nesta rubrica o montante de Euros 1.507 referente a comissões bancárias e de emissão. A Sociedade recebe os montantes correspondentes a estes serviços do originador da operação (Brisa, S.A.) e paga às entidades que prestam esse serviço.

### 3.9 – Títulos de dívida emitidos

	2008 Euros	2007 Euros
Obrigações de titularização	320.000.000	400.000.000
Juros periodificados	637.013	1.016.500
	320.637.013	401.016.500

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 3.10 – Outros Passivos

	2008 Euros	2007 Euros
<i>Audit fee</i>	78.650	39.325
<i>Issuer fee</i>	1.137	1.333
<i>Agent bank fee</i>	370	347
	<hr/>	<hr/>
	80.157	41.005
	<hr/>	<hr/>

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 4 - Operação Aqua Mortgage

A 9 de Dezembro de 2008 a Sociedade efectuou a Operação “Aqua Mortgage No. 1 Securitisation Notes” – esta operação consistiu na aquisição de um portfólio de créditos hipotecários do Finibanco, S.A e respectivamente, a emissão de obrigações titularizadas divididas em 3 tranches: Euros 203.176.000 Class A, Euros 29.824.000 Class B, Euros 29.824.000 Class C. As 2 primeiras foram emitidas ao par e a tranche C foi emitida com um prémio de Euros 925.000. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

A remuneração das 2 primeiras tranches encontra-se indexada à Euribor a seis meses, acrescida de um spread de 0.15% para a Class A e de 0.40% para a Class B. As obrigações de classe C não têm uma taxa de juro definida, tendo direito aos montantes disponíveis após cumprimento das restantes responsabilidades da operação, como estipulado nas condições da mesma.

De acordo com o estabelecido contratualmente, a data de reembolso das obrigações irá iniciar-se a Janeiro de 2011 terminando a Dezembro de 2063, a data de maturidade legal para todas as tranches.

Os créditos a ceder correspondem às prestações de reembolso do capital e de pagamento dos juros remuneratórios e demais montantes devidos ao cedente no âmbito de contratos de concessão de crédito hipotecário (incluindo crédito à habitação concedido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 348/98, de 11 de Novembro).

#### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela Sociedade a avaliação da imparidade da carteira de activos vincendos e vencidos, tomando em consideração o tipo de crédito concedido, as contragarantias existentes, a antiguidade e o comportamento dos activos em mora e a imparidade média da carteira de crédito do originador para activos similares. As perdas por imparidade dos activos securitizados, ou quaisquer outros factos no âmbito da operação poderão conduzir a uma insuficiência de fundos para liquidação do capital e juros das obrigações. Estas perdas serão assumidas exclusivamente pelos detentores das obrigações.

	<b>Maturidade Legal</b>	<b>Montante Euros</b>	<b>Taxa de Juro</b>	<b>Taxa de juro em 31.12.2008</b>
Aqua Mortgage Class A-Notes	Dezembro 2063	203.176.000	EUR 6M+0,15%	3,860%
	<b>Maturidade Legal</b>	<b>Montante Euros</b>	<b>Taxa de Juro</b>	<b>Taxa de juro em 31.12.2008</b>
Aqua Mortgage Class B-Notes	Dezembro 2063	29.824.000	EUR 6M+0,40%	4,110%

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

A rubrica Obrigações de titularização – Aqua Mortgage regista o valor contabilístico das obrigações de titularização, no âmbito daquela operação de titularização. Esta emissão corresponde a duas tranches de obrigações (“Class A Notes” e “Class B Notes”) com uma remuneração variável de Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 0,15% e 0,40%, respectivamente e a uma terceira tranche de obrigações (“Class C Notes”) a remuneração destas notes será a diferença entre os valores recebidos e as remunerações pagas às “Class A” e “Classe B”. Mensalmente são apurados todos os valores recebidos dos juros dos créditos securitizados e transferidos para a Sociedade. Este valor é pago na íntegra ao detentor das obrigações.

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação com referência ao período compreendido entre 8 de Dezembro e 31 de Dezembro de 2008:

**Demonstração dos Resultados para o período  
compreendido entre 8 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2008**

	<u>Aqua Mortgage</u>
	<u>2008</u>
	(Euros)
Juros e proveitos similares	869.164
Juros e custos similares	823.145
	<u>46.019</u>
Margem financeira	
Resultados de serviços e comissões	-
Outros proveitos de exploração	-
	<u>-</u>
Total de proveitos operacionais	
	<u>46.019</u>
Outros gastos administrativos	
	<u>46.019</u>
Total de custos operacionais	
	<u>(46.019)</u>
Resultado operacional	
	<u>-</u>
Resultado antes de impostos	-
	<u>-</u>
Impostos sobre lucros	-
	<u>-</u>
Resultado do exercício	<u><u>-</u></u>

# Balanço em 31 de Dezembro de 2008

	<u>Aqua Mortgage</u>
	<u>2008</u>
<i>Activo</i>	(Euros)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.382.953
Créditos a clientes	229.918.301
Outros activos	-
	<u>238.301.254</u>
<i>Passivo</i>	
Títulos de dívida emitidos	238.247.117
Outros passivos	54.137
Total do Passivo	<u>238.301.254</u>
<i>Capital Próprio</i>	
Capital	-
Prestações suplementares	-
Reservas e resultados acumulados	-
Resultado do exercício	-
Total do Capital Próprio	<u>-</u>
	<u>238.301.254</u>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período  
compreendido entre 8 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2008**

	<u>Aqua Mortgage</u>
	<u>2008</u>
	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>	
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional	8.118
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	<u>8.118</u>
<b>Actividades de investimento</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Aquisição de créditos	(229.918.301)
Juros e proveitos similares	869.164
	<u>(229.049.137)</u>
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	<u>(229.049.137)</u>
<b>Actividades de financiamento</b>	
Pagamentos respeitantes a:	
Títulos de dívida emitidos	238.247.117
Juros e custos similares	(823.145)
	<u>237.423.972</u>
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	<u>237.423.972</u>
Variação da caixa e seus equivalentes	8.382.953
Caixa e seus equivalentes no início do período	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u><u>8.382.953</u></u>



## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 4.2 – Margem financeira

	2008 Euros
<i>Juros e proveitos similares:</i>	
Juros de Créditos Titularizáveis	869.164
	<u>869.164</u>
<i>Juros e custos similares:</i>	
Juros de títulos Emitidos	823.145
	<u>823.145</u>
<i>Margem financeira</i>	<u>46.019</u>

### 4.5 – Outros gastos administrativos

	2008 Euros
<i>Audit fee</i>	21.600
<i>Service fee</i>	7.119
<i>Issuer fee</i>	7.168
<i>Agent bank fee</i>	<u>10.132</u>
	<u>46.019</u>

### 4.6 – Disponibilidades em instituições de crédito

	2008 Euros
Depósitos à ordem	<u>8.382.953</u>

A rubrica Disponibilidades em instituições de crédito na Operação Aqua Mortgage, diz respeito a depósitos à ordem junto do Deutsche Bank, AG - London.

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 4.7 – Crédito a Clientes

Crédito e periodificação de juros

**2008**  
**Euros**

229.918.301

229.918.301

### 4.9 – Títulos de dívida emitidos

Obrigações de titularização  
Juros periodificados  
Prémios de emissão

**2008**  
**Euros**

236.500.000

823.145

923.972

238.247.117

### 4.10 – Outros Passivos

*Audit fee*  
*Service fee*  
*Issuer fee*  
*Agent bank fee*  
Outros

**2008**  
**Euros**

21.600

7.119

7.168

10.132

818

54.137

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 5 - Operação Magma

A 30 de Dezembro de 2008 a Sociedade efectuou a Operação “Magma No. 1 Securitisation Notes” - esta operação consistiu na aquisição de um portfolio de créditos futuros sobre as receitas da Sonaecom – Serviços de Comunicações S.A. (prestação de serviços telefónicos, móveis e fixos) e respectivamente a emissão de obrigações titularizadas por um montante total de Euros 100.000.000. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

No âmbito da aquisição referida no parágrafo anterior foi efectuada uma emissão de obrigações “Magma No.1 Securitisation Notes” com valor nominal igual ao valor de aquisição dos créditos.

A remuneração das obrigações encontra-se indexada à taxa Euribor a três meses, acrescida de um spread de 3,50%. De acordo com o estabelecido contratualmente, a data de reembolso das obrigações irá ocorrer de um só vez em Dezembro de 2013.

#### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela Sociedade a avaliação da imparidade dos activos da carteira com recurso a um modelo desenvolvido para o efeito. A perda por imparidade quando verificada é apresentada como dedução ao crédito a clientes.

	<b>Maturidade Legal</b>	<b>Montante Euros</b>	<b>Taxa de Juro</b>	<b>Taxa de juro em 31.12.2008</b>
Magma no. 1 Securitisation Notes	Dezembro 2013	100.000.000	EUR 3M+3,5%	6,519%

A rubrica Obrigações de titularização – Magma regista o valor contabilístico das obrigações de titularização, no âmbito daquela operação de titularização. Esta emissão corresponde a uma única tranche de obrigações com uma remuneração variável de Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 3,5%. Trimestralmente são apurados todos os valores recebidos dos juros dos créditos securitizados e transferidos para a Sociedade. Este valor é pago na íntegra ao detentor das obrigações.

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação respeita apenas ao período compreendido entre essa data e 31 de Dezembro de 2008:

**Demonstração dos Resultados para o período  
compreendido entre 30 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2008**

	<b>Magma</b>
	<b>2008</b>
	(Euros)
Juros e proveitos similares	18.108
Juros e custos similares	18.108
Margem financeira	-
Resultados de serviços e comissões	14.559
Outros proveitos de exploração	-
Total de proveitos operacionais	14.559
Outros gastos administrativos	14.559
Total de custos operacionais	14.559
Resultado operacional	-
Resultado antes de impostos	-
Impostos sobre lucros	-
Resultado do exercício	-

# Balanço em 31 de Dezembro de 2008

	<b>Magma</b>
	<b>2008</b>
<i>Activo</i>	(Euros)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-
Créditos a clientes	100.018.108
Outros activos	14.559
	<u>100.032.667</u>
<i>Passivo</i>	
Títulos de dívida emitidos	100.018.108
Outros passivos	14.559
Total do Passivo	<u>100.032.667</u>
<i>Capital Próprio</i>	
Capital	-
Prestações suplementares	-
Reservas e resultados acumulados	-
Resultado do exercício	-
Total do Capital Próprio	<u>-</u>
	<u>100.032.667</u>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período  
compreendido entre 30 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2008**

	<b>Magma</b>
	<b>2008</b>
	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	-
<b>Actividades de investimento</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Aquisição de créditos	(100.000.000)
Juros e proveitos similares	-
	(100.000.000)
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	(100.000.000)
<b>Actividades de financiamento</b>	
Pagamentos respeitantes a:	
Títulos de dívida emitidos	100.000.000
Juros e custos similares	-
	100.000.000
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	100.000.000
Variação da caixa e seus equivalentes	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 5.2 – Margem financeira

	2008 Euros
<i>Juros e proveitos similares:</i>	
Juros de créditos Titularizáveis	18.108
	<u>18.108</u>
<i>Juros e custos similares:</i>	
Juros de títulos Emitidos	18.108
	<u>18.108</u>
<i>Margem financeira</i>	<u>-</u>

### 5.3 – Rendimentos de Serviços e Comissões

	2008 Euros
<i>Audit fee</i>	14.400
<i>Issuer fee</i>	86
<i>Service fee</i>	28
<i>Agent bank fee</i>	45
	<u>14.559</u>

### 5.5 – Outros gastos administrativos

	2008 Euros
<i>Audit fee</i>	14.400
<i>Issuer fee</i>	86
<i>Service fee</i>	28
<i>Agent bank fee</i>	45
	<u>14.559</u>

## 18 Análise detalhada das operações (continuação)

### 5.7 – Crédito a Clientes

	2008 Euros
Crédito e periodificação de juros	100.018.108
	100.018.108

### 5.8 – Outros activos

	2008 Euros
Outros devedores	14.559
	14.559

A rubrica Outros devedores – Magma inclui o montante de Euros 14.400 relativo à prestação de serviços de auditoria do exercício de 2008. Está incluído nesta rubrica o montante de Euros 159 referente a comissões bancárias, de emissão e de gestão de créditos. A Sociedade recebe os montantes correspondentes a estes serviços do originador da operação (Sonaecom – Serviços de Comunicação, S.A.) e paga às entidades que prestam esse serviço.

### 5.9 – Títulos de dívida emitidos

	2008 Euros
Obrigações de titularização	100.000.000
Juros periodificados	18.108
	100.018.108

### 5.10 – Outros Passivos

	2008 Euros
<i>Audit fee</i>	14.400
<i>Issuer fee</i>	86
<i>Service fee</i>	28
<i>Agent bank fee</i>	45
	14.559



## 19 Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

### ***IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras***

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

- Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da Sociedade decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “comprehensive income”.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Sociedade será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

### ***IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação***

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda (“puttable instruments”) e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

## **IFRS 8 – Segmentos Operacionais**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

### *Annual Improvement Project*

Em Maio de 2008, o IASB publicou o Annual Improvement Project o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Grupo em 2009.

As principais alterações decorrentes do Annual Improvement Project apresentam-se em seguida:

- Alteração à IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 16 Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 19 Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 20 Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de

acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 23 Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 28 Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao goodwill e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 38 Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 40 Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

## 20 Eventos subsequentes

### *Aumentos de capital*

Em 26 de Fevereiro de 2009 foi deliberado em Assembleia-Geral, a realização de prestações acessórias de capital, sem juros, pelo accionista único da Sociedade no montante de Euros 1.500.000.

### *Novas operações*

A 6 de Março de 2009 a Sociedade efectuou a Operação “EnergyOn No.1” – esta operação consistiu na aquisição de um portfolio de créditos futuros com o valor nominal de Euros 1.258.600.000 originado pela EDP – Serviço Universal, S.A.. No âmbito desta aquisição foi efectuada uma emissão de obrigações divididas em três tranches com os seguintes valores nominais: Euros 1.253.450.000 Classe A1, Euros 150.000 Classe A2 e Euros 5.000.000 Classe B.